

PROPOSTAS E PRÁTICAS: O ATENDIMENTO EDUCACIONAL DO ALUNO DEFICIENTE VISUAL NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE

Elaine Fernanda Dornelas Souza
Mestrado em Educação
Faculdade de Ciências e Tecnologia/UNESP
Órgão financiador: Capes

Orientadora: Dra. Ana Archangelo

Resumo

Esta pesquisa de mestrado pretende identificar a trajetória do aluno deficiente visual, desde a avaliação até o encaminhamento à sala de recursos ou Escola Especial que oferecem serviços especializados, no município de Presidente Prudente – São Paulo. O intuito é retratar, em âmbito nacional, estadual e municipal as leis e propostas de Políticas Públicas relacionadas à Educação Especial, referentes ao atendimento do educando deficiente visual, identificando o percurso desse aluno dentro da rede regular de ensino, até sua chegada ao atendimento especializado e/ou vice-versa. A idéia central do projeto é compreender em que medida esta trajetória constitui-se, explicita e/ou implicitamente, em contexto favorável ou desfavorável ao enfrentamento da deficiência. Para tanto, procurará identificar e confrontar o que tem sido proposto em programas oficiais e leis e o que realmente existe como prática avaliativa e de encaminhamento do aluno deficiente visual. Para coleta de dados serão realizados estudos de Leis e documentos oficiais relacionados às Políticas Públicas Educacionais à Educação Especial, entrevistas semi- abertas com profissionais que atuam direta ou indiretamente no atendimento de alunos deficientes visuais e ainda um mapeamento dos deficientes visuais residentes em Presidente Prudente, que será relacionado com o mapa de inclusão/exclusão social do deste município. Sendo esta uma pesquisa iniciada em 2003, ainda não foram concluídas todas as etapas propostas neste trabalho, embora já disponha de dados preliminares em relação às fortes contradições das propostas e Políticas Educacionais de Educação Especial adotadas neste município.

Abstract

The objective of this research is to identify the trajectory of blind students, since their assessment till their guiding to the resource room of the blind schools, where they will receive special care. We intend to analyze the blind schools that are supported by the public government at Presidente Prudente, S.P. The intention of this research is to show the laws and motions about the government policies on education of blind children developed in Brazilian boroughs and Brazilian states. We intend to identify the trajectory of blind students that are enrolled in public schools until the moment that they start receiving specialized care and the same should be spoke about the opposite, that is, when they started going to regular school and what happened before it. The main wish of this project is to understand if the blind students' trajectory at school is helpful or not in their lives, that is, if the school helps them to face their deficiency and verify if there are mechanisms of exclusion – related to prejudice – in the school. To identify these issues we intend to identify and compare what does really exist as procedures of evaluation and procedures of guiding for blind students and what have been offered for them by official programs and laws. We intend to realize semi-opened interviews with people that work in this area, the study of laws education of blind children and we also intend to map the amount of blind people that live in Presidente Prudente, relating it to the social inclusion/ exclusion map of this borough. As this research has been started in 2003, we couldn't finish all the stages proposed in this paper, but we just have some preliminary data related to strong contradictions between educational proposes and policies on education of blinds adopted in Presidente Prudente.

OBJETIVO

O intuito desta pesquisa é identificar a trajetória do educando deficiente visual, desde a avaliação até o encaminhamento à sala de recursos¹ da rede regular ou Escola Especial² que oferece serviços especializados, no município de Presidente Prudente – São Paulo.

A idéia central é compreender em que medida esta trajetória constitui-se, explicita e/ou implicitamente, em contexto favorável ou desfavorável ao enfrentamento da deficiência e de seus desdobramentos. Para tanto, procurará identificar e confrontar o que realmente existe como prática avaliativa e de encaminhamento do educando deficiente visual e o que tem sido proposto em programas oficiais e leis.

De acordo com as Políticas Educacionais de Educação Especial, o enfoque utilizado atualmente é totalmente contrário ao modelo clínico³ anteriormente adotado, ou seja, a avaliação atual está voltada aos aspectos pedagógicos, procurando identificar as barreiras que estejam impedindo o progresso educativo dos educandos com necessidades educacionais especiais. Essa avaliação de cunho pedagógico, leva em consideração todas as variáveis que incidem sobre a aprendizagem e quem a realiza são os profissionais que acompanham o aluno no âmbito escolar.

Em relação a essa questão, parece prevalecer uma dicotomia: de um lado, uma abordagem totalmente voltada ao modelo clínico, com avaliação realizada por especialistas externos à instituição escolar e que atribui a responsabilidade das eventuais dificuldades do sujeito exclusivamente a ele. De outro, contrária à anterior, uma avaliação voltada totalmente aos aspectos pedagógicos realizada por profissionais que atuam dentro da escola, que acompanhem o aluno, mas que não necessariamente estejam habilitados para a avaliação mais global. Embora seja citado nas Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica (2001. p.34) que “quando os recursos existentes na própria escola mostrarem-se insuficientes para melhor compreender as necessidades educacionais dos alunos e identificar os apoios indispensáveis, a escola poderá recorrer a uma equipe multiprofissional”. Cabe reiterar que o aluno somente poderá usufruir desse apoio se os profissionais das escolas considerarem este artifício necessário, e não como um complemento de rotina da prática avaliativa.

Diante dessas observações e frente às propostas de Educação Inclusiva prevista nas Políticas Públicas da Educação Especial, o que se questiona neste trabalho é a maneira como tem se dado à avaliação e o encaminhamento do educando com deficiência visual total e de baixa-visão, no âmbito escolar, no município de Presidente Prudente. A intenção desse trabalho é avaliar como essas práticas podem, em tempos de educação inclusiva, influenciar na vida escolar do educando, seja em relação a seu aprendizado, seja em relação à inserção, permanência e/ou evasão desse aluno na sala de recursos, na sala de ensino regular e/ou na escola especial.

¹ Salas de recursos, nas quais o professor da educação especializada complementação e/ou suplementação curricular, utilizando equipamentos e materiais específicos. (Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica/Secretaria de Educação Especial- MEC/SEESP. Brasília. 2001. p. 43).

² Escola especial: instituição especializada destinada a prestar atendimento psicopedagógico a educandos portadores de necessidade educacionais especiais. (BRASIL. Secretaria de Educação Especial, Brasília: MEC/SEESP, 1995. p.54).

³ Abordagem médica e psicológica, refere-se a um diagnóstico totalmente clínico, cujos efeitos foram considerados negativos utilizados em contexto educacional, pois priorizavam somente as características e dificuldades dos educandos, evidenciando assim, se deveriam ou não ser encaminhados às escolas especiais ou classes especiais ou ainda às classes comuns do ensino regular. (Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica/Secretaria de Educação Especial- MEC/SEESP. Brasília, 2001. p.34).

REFERENCIAL TEÓRICO

A Educação Especial possui os mesmos objetivos da educação comum, embora utilize alternativas de atendimento diferenciado, metodologias especiais e recursos humanos especializados, necessitando, portanto, de fundamentos que norteiam suas orientações acerca dos educandos portadores de necessidades especiais⁴, com vistas a proporcionar-lhes condições que favoreçam sua integração à sociedade.

As propostas de atendimento disponíveis aos educandos deficientes visuais cegos e de baixa-visão são: sala de recursos, classes comuns⁵ e escola especial e classes especiais.

De acordo com a necessidade do educando, caracteriza-se o Serviço de Apoio Pedagógico Especializado, que são os serviços educacionais diversificados oferecidos pela escola comum para responder às necessidades especiais do educando, podendo ser desenvolvidos em classe comuns e ou salas de recursos e extraordinariamente, se constituir e organizar em classes especiais.

Esses dispositivos de atendimento especializado devem assegurar tanto em escolas públicas como privadas a proposta da Educação Especial, que possui como base os princípios da Escola Inclusiva.

Segundo as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica (2001), o conceito de Escola inclusiva:

implica numa nova postura da escola comum, que propõe no projeto pedagógico, no currículo, na metodologia de ensino, na avaliação e na atitude dos educadores ações que favoreçam a interação social e sua opção por práticas heterogêneas. A escola capacita seus professores, prepara-se, organiza-se e adapta-se para oferecer educação de qualidade para todos, inclusive para os educandos que apresentam necessidades especiais. Inclusão, portanto, não significa simplesmente matricular todos os educandos com necessidades especiais educacionais na classe comum, ignorando suas necessidades específicas, mas significa dar ao professor e à escola o suporte necessário a sua ação pedagógica (MEC. 2001, p. 40).

Cabe portanto, ao serviço de apoio pedagógico especializado dar esse suporte necessário a essas ações pedagógicas.

Entende-se por serviço de apoio pedagógico especializado os serviços educacionais diversificados oferecidos pela escola comum para responder às necessidades especiais do educando, podendo ser desenvolvidos em classe comuns e ou salas de recursos e extraordinariamente, se constituir e organizar em classes especiais.

Segundo as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica (2001. p.53), classe especial é uma sala de aula, em escola de ensino regular, em espaço físico adequado, que deverá ser utilizada em caráter transitório.

Por fim, a partir desta breve descrição das modalidades de atendimentos previstos na legislação, percebe-se que tal multiplicidade, em princípio pensada para atender diferentes necessidades, também pode gerar dificuldades nas decisões sobre o encaminhamento, ou mesmo na concretização destes. Daí a relevância dessa pesquisa, que pretende radiografar a trajetória do aluno deficiente visual dentro do sistema educacional de ensino, identificando todas as possíveis barreiras relacionadas ao seu desenvolvimento pessoal, social e educacional.

⁴ A Lei de Diretrizes e Bases – LDB nº 9.394/96 emprega as expressões educandos portadores de necessidades especiais e educandos com necessidades especiais.

⁵ Classes comuns, serviço que se efetiva por meio do trabalho de equipe, abrangendo professores da classe comum e da educação especial, para atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos durante o processo de ensino e aprendizagem. (Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica/Secretaria de Educação Especial- MEC/SEESP. Brasília. 2001. p. 50).

METODOLOGIA

O desenvolvimento dessa pesquisa envolve a investigação de três eixos: O primeiro, com levantamento de documentos oficiais relacionados às Políticas de Educação Especial voltada ao atendimento de deficientes visuais. O segundo, de identificação, quantificação e estudo da distribuição dos casos de deficiência visual no município. O terceiro, de coleta de dados com profissionais que atuam na triagem, avaliação e encaminhamento e na área de atendimento de educandos com necessidades educacionais especiais, assim como com responsáveis pelas instituições de ensino voltadas ao atendimento dessa demanda.

Uma das etapas da pesquisa envolverá mapeamento dos deficientes visuais residentes em Presidente Prudente, relacionando-o com o mapeamento da inclusão/exclusão social do município. Além disso, mas em estreita relação com essa atividade, através da abordagem interpretativa será investigado o significado do percurso do aluno desde sua avaliação até o encaminhamento. E, principalmente, será discutido até que ponto tal trajetória é um facilitador ou não do processo de desenvolvimento do aluno e da Política de Inclusão.

CONCLUSÃO

Sendo esta uma pesquisa iniciada em 2003, ainda em andamento, não é possível a apresentação da conclusão geral, mas de acordo com a coleta de dados realizada até este momento, é possível apresentar algumas considerações preliminares em relação às Políticas Públicas Educacionais destinadas ao educando deficiente visual.

Presidente Prudente, dispõe de duas formas de atendimento educacional especializado ao educando deficiente visual: uma na modalidade de Escola Especial e outra na modalidade de sala de recursos.

Caracterização das modalidades:

- Escola de Educação Especial- subsidiada por recurso federal, voltada prioritariamente para alunos com deficiência visual e/ou múltipla deficiência matriculados no ensino básico ou educação infantil (0 a 6 anos), localizada fora da rede pública de ensino. Os alunos matriculados nesta escola não podem usufruir dos demais recursos disponibilizados na rede pública de ensino. Conveniada à Secretaria de Educação do Município de Presidente Prudente, que disponibiliza um professor (sem habilitação específica), merenda e eventualmente recursos materiais. O transporte também é garantido por recursos do município.

- Sala de recursos: subsidiada por recursos estaduais, localizada nas dependências de uma escola da rede estadual de ensino, o atendimento é voltado prioritariamente para alunos deficientes visuais (cegos e de baixa- visão) matriculados no ensino básico, fundamental e médio da rede regular de ensino, do município de Presidente Prudente e região.

O que podemos pontuar em relação a essas duas modalidades de atendimento é a maneira divergente de como essas práticas são efetuadas, embora ambas atendam as especificações da Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional, nº 9.394/96⁶, ocorre que de maneira implícita é exigida do aluno deficiente visual, exclusividade a uma das opções de atendimento, limitando dessa forma o acesso a outras modalidades, ou seja uma vez inseridos numa das opções de atendimento, a inserção numa segunda fica impedida, pois burocraticamente, o aluno não pode receber duplicidade de atendimento (mesmo que as propostas de atendimento sejam diferenciais e ou complementares), impedindo dessa forma, um atendimento global às necessidades educacionais especiais dos educandos deficientes visuais.

Através de análises de documentos normativos e legais, juntamente a essa breve caracterização das modalidades de atendimento especializado, pôde-se verificar o quanto se

⁶ Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional, nº 9.394/96, prevê atendimento especializado a todos os educandos com necessidades educacionais especiais.

encontra desfavorável essas práticas municipais em relação às propostas e Políticas de Educação Inclusiva.

Outro aspecto imprescindível a essa análise diz respeito à estruturação e constituição da Escola de Educação Especial, que num momento em que a política educacional aponta muito claramente para a necessidade de inclusão, neste caso é evidenciado o inverso. Embora realizem algumas atividades pedagógicas externas, voltadas à “proposta de educação inclusiva”, expressa claramente um movimento contrário a ela, distanciando, dificultando e em muitos casos impossibilitando a inserção e a integração dos educandos deficientes visuais.

Importante ressaltar que a conformidade legal com as políticas educacionais não se traduz, necessariamente, a uma conformidade com os princípios e orientações ali defendidas. Este parece ser o caso do atendimento aos alunos portadores de deficiência visual em Presidente Prudente.

Espera-se, ao longo desta pesquisa, que tal incongruência seja interpretada.

Palavras-chave: educação especial, inclusão, deficientes visuais.

BIBLIOGRAFIA:

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de educação Especial. *O processo de integração escolar dos alunos portadores de necessidades educativas especiais no sistema educacional brasileiro*. Brasília: MEC/SEESP, 1995.

BRASIL, Ministério da Educação e do desporto. Secretaria de educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial*. MEC/SEESP, 1994.

BRASIL, Secretaria de Educação Especial. *Subsídios para organização e funcionamento de serviço de educação especial: Área de Deficiência Visual/ Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de educação especial*. Brasília: MEC/SEESP, 1995. p.58(Série diretrizes; 8).

BARRAGA, N. *Programa para desenvolver a eficiência no funcionamento visual*. Trad. Jurema Lucy Venturini e outros. São Paulo: Fundação para o Livro do Cego no Brasil, 1985.

FAZENDA, I. *Metodologia da pesquisa em educacional*. São Paulo: Cortez, 1989.

KARAGIANNIS, A.; STAINBACK, S.; STAINBACK, W. Visão geral histórica da inclusão. In: STAINBACK, S. *Inclusão: um guia para educadores*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

MAZZOTTA, M.J.S. *Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas*. 3. ed. São Paulo. Cortez, 2001.

_____. *Parâmetros Curriculares Nacionais: adaptações curriculares e estratégias para educação de alunos com necessidades educacionais especiais*. Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1999.